

CENSO SUAS 2024

Secretaria Nacional de Assistência Social

Manual de preenchimento do questionário Gestão Estadual

RECOMENDAMOS A LEITURA DO MANUAL PARA O CORRETO PREENCHIMENTO DO QUESTIONÁRIO

<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/censosuas>.

Data início a confirmar a 06 de dezembro de 2024

O questionário pode ser preenchido diretamente no sistema eletrônico, ou ainda pode ser preenchido primeiramente no papel, assinado pelo agente público responsável e armazenado. É recomendável que todas as informações necessárias estejam em mãos durante acesso ao sistema.

Senha de Acesso/Perfil para preenchimento do questionário eletrônico
Para preenchimento do questionário eletrônico do CENSO SUAS 2024 os responsáveis necessitarão utilizar o *login* e a senha do gov.br (<https://sso.acesso.gov.br/login>) e perfil de acesso adequado junto ao Sistema de Autenticação e Autorização (SAA).

Verifique o documento “Orientações sobre senhas/perfis” em Orientações Adicionais na página inicial do Censo SUAS
Em caso de dúvidas, encaminhe-as em ordem de preferência:

- ❖ Chat: <http://chat.mdsvector.site/chat-mds/index.php>
- ❖ E-mail: vigilanciasocial@mds.gov.br
- ❖ Pelo telefone: 121
- ❖ Formulário Eletrônico de E-mail: <http://fale.mdsvector.site:8080/formulario/>
- ❖ Ou ainda pelos telefones 61 2030-3300, 3376

- ❖ As informações declaradas pelo agente público neste questionário possuem Fé Pública e constituem registros administrativos do Sistema Único de Assistência Social. O fornecimento de informações inverídicas sujeita o agente responsável a sanções administrativas, civis e penais.

Sistema Único de Assistência Social

APRESENTAÇÃO

O Censo SUAS tem a finalidade de coletar informações sobre os padrões dos serviços, programas e projetos de assistência social realizados no âmbito das unidades públicas de assistência social e das entidades e organizações constantes do cadastro da assistência social, bem como sobre a atuação dos Conselhos de Assistência Social, como dispõe o [Decreto 7.334, de 19 de outubro de 2010](#).

O questionário eletrônico da Gestão Estadual deverá ser preenchido pelos estados no período **de data de inicio a confirmar a 06 de dezembro de 2024**.

Os questionários devem sempre ser preenchidos em papel antes do preenchimento no sistema eletrônico. Dessa maneira, assegura-se que no momento de inserir os dados no sistema eletrônico todas as informações necessárias já tenham sido coletadas e validadas pelos responsáveis.

Para envio das informações ao Ministério, as respostas deste questionário deverão ser fielmente digitadas no sistema eletrônico no endereço <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/censosuas>.

A SEDS/MC recebe as informações do Censo SUAS exclusivamente pelo sistema eletrônico.



Atenção!

Para preenchimento do Censo SUAS, os responsáveis necessitarão utilizar *login* e *senha gov.br* (<https://sso.acesso.gov.br/login>) e possuir perfil adequado junto ao SAA.

Se você ainda não tem senha do **govbr**, acesse pelo site <https://sso.acesso.gov.br/login>, crie sua conta gov.br ou resgate uma senha já existente. Este login e senha pode ser usado para diversos serviços do governo federal. É com o CPF e a senha do gov.br que você fará o login no Censo SUAS. Mesmo tendo login e senha **govbr**, será necessário ter **PERFIL** de acesso no Sistema de Autenticação e Autorização do Ministério (SAA). No entanto, este ano para facilitar a troca de informações entre as unidades e a gestão. É possível usar novos **PERFIS**, conforme abaixo:

Se é técnico ou coordenador de Centro DIA e similares	Se é técnico ou coordenador de CREAS	Se é Gestor Municipal ou Equipe da Vigilância Socioassistencial/Rede SUAS
<p>PERFIS: censosuas.preenchimento</p> <p>VERIFICAÇÃO: Se está cadastrado nos Recursos Humanos do Centro dia e similares.</p> <p>➤ Preencher os questionários do Centro dia em que está cadastrado</p>	<p>PERFIS: censosuas.preenchimento ou rma.creas</p> <p>VERIFICAÇÃO: Se está cadastrado nos Recursos Humanos do CREAS.</p> <p>➤ Preencher o questionário CREAS em que está cadastrado ➤ Preencher os questionários de Centro dia e similares do município</p>	<p>PERFIS: cadsuas.municipio, rma.municipio ou censosuas.preenchimento.</p> <p>VERIFICAÇÃO: No caso do perfil censosuas.preenchimento é verificado se está cadastrado nos Recursos Humanos da Gestão Municipal.</p> <p>➤ Preencher o questionário de todos os Centro dia e similares do município ➤ Preencher os questionário de Centro dia e similares ou validar questionário já preenchido</p>

Em caso de dúvidas, encaminhe-as em ordem de preferência:

- ✓ Chat: <http://chat.mdsvector.site/chat-mds/index.php>
- ✓ E-mail: vigilanciasocial@mds.gov.br
- ✓ Pelo telefone: 121

- ✓ Formulário Eletrônico de E-mail:
<http://fale.mdsvector.site:8080/formulario/>
- ✓ Ou ainda pelos telefones 61 61 2030-3300,3376



Recomenda-se o uso dos navegadores **Google Chrome** e **Mozilla Firefox** para o preenchimento e o envio do questionário eletrônico.

Caso encontre algum **ERRO** neste manual ou no questionário de Gestão Estadual, ou tenha contribuições que podem ser agregadas a este documento, encaminhe imediatamente para o e-mail
vigilanciasocial@cidadania.gov.br

BLOCO 1 – IDENTIFICAÇÃO DO ÓRGÃO GESTOR

Nome que identifica o órgão gestor: _____

O nome que identifica o órgão gestor é a denominação atribuída à Secretaria Estadual a fim de melhor identificá-la. Ex. Secretaria Estadual de Assistência Social.

 Por favor, evite usar abreviações.

Selecionar o Tipo de Logradouro (avenida, rua, etc): ([Selecionar o tipo](#))

Informar a identificação do endereço ex. rua, avenida, praça, quadra, etc. onde se situa a Secretaria Estadual de Assistência Social, ou congênere.

Endereço: _____ **Número:** _____

Informar o nome da rua, avenida, praça, quadra, etc. e em seguida o número do local onde se situa a Secretaria Estadual de Assistência Social, ou congênere.

 Por favor, evite usar abreviações.

Complemento: _____

O complemento se refere a alguma informação adicional relativa ao endereço, que seja importante informar para melhor localização.

 Por favor, evite usar abreviações.

Ponto de Referência: (Caixa com campo texto)

Ponto de referência é um ponto conhecido/estratégico (ex: igreja, comércio, praça, etc) que pode facilitar encontrar o endereço mais facilmente. Ex. Secretaria situada na Praça da Igreja da Matriz.

CEP: ____-____

Informe o Código de Endereçamento Postal da Secretaria Estadual de Assistência Social, no seguinte formato nn.nnn-nnn (70.788-090, por exemplo).

Município: (Seleção)

Selecione o município no qual está situada a Secretaria Estadual de Assistência Social, ou congênere.

UF: (Seleção)

Selecione a unidade da federação na qual se situa a Secretaria Estadual de Assistência Social, ou congênere.

E-mail: _____

Informe o endereço eletrônico da Secretaria Estadual de Assistência Social. Se a Secretaria não possuir um endereço eletrônico, informe o e-mail da Prefeitura Municipal. O e-mail informado deve ser institucional. *Apenas na ausência deste pode ser informado e-mail particular.*

DDD – Telefone: |__|__|-|__|__|__|__|__|__| **Ramal:** |__|__|__|

Informe o número do telefone da Secretaria Estadual, no seguinte formato: DDD com 02 (dois) dígitos e número do telefone. Por exemplo: (61) 3433-4444 ramal 238. Caso a Secretaria Estadual de Assistência não tenha telefone, informe o da Prefeitura Municipal. *Apenas na ausência do telefone institucional pode ser informado celular institucional ou telefone particular.*

BLOCO 2 – ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E GESTÃO DO SUAS

1. De acordo com a estrutura administrativa do estado a Secretaria Estadual da Assistência Social caracteriza-se como: (resposta única)

Para responder este item, considere as definições abaixo:

Sobre a gestão da assistência social, considere a gestão dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, conforme a Constituição Federal de 1988, a [Lei Orgânica da Assistência Social](#), a [Política Nacional de Assistência Social](#) e normativas pertinentes.

| Secretaria estadual exclusiva da área de Assistência Social.

Refere-se ao órgão gestor que coordena, formula e executa exclusivamente a política de assistência social, não sendo responsável pela coordenação, formulação ou execução de outras políticas setoriais, não estando, portanto, nem associada, nem subordinada à outra política setorial. Portanto, o órgão gestor estadual trata isoladamente da assistência social. Políticas como, por exemplo, Transferência de Renda, Desenvolvimento Social, entre outras atividades inerentes a política de Assistência Social, devem ser marcadas nesta opção.

| Secretaria estadual em conjunto com outras políticas setoriais.

Refere-se ao órgão gestor que é responsável pela coordenação, formulação e execução da política de assistência social, bem como de outras políticas, como: trabalho, saúde, educação, segurança alimentar, entre outras. Para marcar esta opção o respondente deve avaliar se o órgão gestor da assistência social do Estado atua com outra política setorial (por exemplo: trabalho, saúde, educação, segurança alimentar, direitos humanos).

| Fundação Pública.

O órgão gestor é uma fundação pública, ou órgão da administração indireta do estado. As fundações públicas são órgãos da administração indireta, com personalidade jurídica, vinculadas ao poder público. São criadas por meio de lei específica e regulamentadas por decreto do executivo. As fundações públicas possuem autonomia administrativa, patrimônio próprio, e funcionamento custeado, principalmente, por recursos do poder público, ainda que sob a forma de prestação de serviço.

2. A quais políticas setoriais a secretaria ou setor a assistência social está associada? (admite múltiplas respostas)

Informar a qual secretaria, pasta ou setor o órgão gestor da Assistência Social está vinculado ou subordinado. Áreas como desenvolvimento social, transferência de renda são inerentes a política de Assistência Social, devendo ser marcadas na opção "Secretaria exclusiva".

| Educação. | Planejamento. | Saúde. | Habitação. | Segurança Alimentar.

| Trabalho e/ou Emprego. | Direitos Humanos. | Outra. Qual? _____.

3. Indique se as áreas abaixo estão constituídas como subdivisões administrativas (departamentos, gerências, coordenações, etc.) na estrutura do órgão gestor? (resposta única por linha)

Informar se as áreas da Proteção Social Básica, da Proteção Social Especial e da Gestão de Benefícios Assistenciais estão constituídas como subdivisões administrativas do órgão gestor estadual, a exemplo de departamentos, diretorias, gerências, coordenações, etc.

Áreas ligadas à Gestão	Sim, na estrutura formal do órgão gestor	Sim, de maneira informal	Não constituída
Gestão do SUAS	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Vigilância Socioassistencial (Inclusive áreas de monitoramento e avaliação)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Gestão do Trabalho	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Regulação do SUAS	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Áreas de Serviços e Benefícios	Sim, na estrutura formal do órgão gestor	Sim, de maneira informal	Não constituída
Proteção Social Básica	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Proteção Social Especial	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Gestão do Cadastro Único e Programa Bolsa Família	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Gestão de Benefícios Assistenciais (BPC, Benefícios Eventuais)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

|__| Sim, na estrutura formal do órgão gestor:

Marque essa opção quando a área constituída como subdivisão administrativa (departamento, diretoria, gerência, coordenação, etc), existe na estrutura formal do órgão gestor, **descrita em instrumento normativo**, tais como, lei, decreto, portaria ou congênero que publica a estrutura regimental do órgão, organograma ou outros.

|__| Sim, de maneira informal

Marque essa opção quando a área em questão existe e é uma subdivisão administrativa no órgão gestor, por exemplo, com presença de gerência, coordenação, etc., mas **não de maneira oficializada em instrumentos normativos**, como estrutura regimental do órgão, organograma ou outros.

|__| Não constituída.

Não existe no órgão gestor o setor administrativo que esteja responsável especificamente por aquela área em questão ou que não possua recursos humanos na área em questão.

4. Em que ano ocorreu a última atualização da Lei Estadual de Regulamentação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS?

Caso não exista Lei Estadual de Regulamentação do SUAS, marque a opção “Não possui Lei Estadual de Regulamentação do SUAS”. Mesmo que o Estado já tenha minuta de lei, ou esta já esteja tramitando no legislativo, marque “Não possui”.

Embora não haja orientação específica para Leis Estaduais, pode-se obter maiores informações sobre a Lei do SUAS, no link:

https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/cartilhas/cartilha_orientacao-aosMunicipios.pdf

 |__| Não possui Lei Estadual de Regulamentação do SUAS

 Informe no formato “aaaa”, o ano da última atualização da Lei

BLOCO 3 – SERVIÇOS E BENEFÍCIOS

5. A Secretaria Estadual de Assistência Social executa diretamente algum serviço Socioassistencial? (Indique todas as ofertas executadas diretamente pelo Estado)

Indique se a Secretaria Estadual de Assistência Social executa diretamente algum serviço Socioassistencial. A execução direta diz respeito tanto a execução governamental, quanto ao repasse direto do Estado para entidade ou organização da sociedade civil (OSC), independentemente do município sede do serviço.

Dentre os serviços da Proteção Social Básica tem-se as opções:

Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF; Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; e Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas

Para os serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade tem-se as opções:

Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI; Serviço Especializado em Abordagem Social; Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida - LA, e de Prestação de Serviços à Comunidade – PSC; Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos(as) e suas Famílias; e Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua

Para os serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade tem-se as opções:

Serviço de Acolhimento Institucional (Abrigo Institucional; Casa-lar; Casa de Passagem); Serviço de Acolhimento em República; Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora; e Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências.

Proteção Social Básica: <i>(admite múltiplas respostas, exceto se marcar que não executa diretamente serviços desse nível de proteção)</i>	
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	__
Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas	__
Não executa diretamente o Serviço de Proteção Social Básica	__
Proteção Social Especial de Média Complexidade: <i>(admite múltiplas respostas, exceto se marcar que não executa diretamente serviços desse nível de proteção)</i>	
Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI	__
Serviço Especializado em Abordagem Social	__
Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida - LA, e de Prestação de Serviços à Comunidade - PSC	__
Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos(as) e suas Famílias	__
Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua	__
Não executa diretamente o Serviço de Proteção Social Especial de Média Complexidade	__
Proteção Social Especial de Alta Complexidade: <i>(admite múltiplas respostas, exceto se marcar que não executa diretamente serviços desse nível de proteção)</i>	
Serviço de Acolhimento Institucional (Abrigo Institucional; Casa-lar; Casa de Passagem)	__
Serviço de Acolhimento em República	__
Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora	__
Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências	__
Não executa diretamente o Serviço de Proteção Social de Alta Complexidade	__

6. O estado realiza diretamente oferta de Benefícios Eventuais da assistência social e quais são os benefícios eventuais concedidos? *(Admite múltiplas respostas, exceto se marcar a primeira opção)*



Atenção! Considera “concessão” o ato de decidir sobre o direito de acesso ao Benefício, independente do local da entrega.

⚠ Fique atento - Considere apenas concessão, e não o cofinanciamento de Benefícios eventuais aos municípios. Perguntas referentes ao cofinanciamento estão no questionário de Fundo Estadual.

|__| Não

Marque essa opção se o estado NÃO realiza concessão de Benefícios Eventuais da assistência social.

|__| Sim, Benefício Eventual em situação de morte

Auxílio Funeral - Benefício Eventual por Situação de morte

O artigo 4º do Decreto [6.307/2007](#) estabelece que o auxílio por morte atende prioritariamente:

- I - a despesas de urna funerária, velório e sepultamento;
- II - a necessidades urgentes da família para enfrentar riscos e vulnerabilidades advindas da morte de um de seus provedores ou membros; e
- III - a resarcimento, no caso da ausência do benefício eventual no momento em que este se fez necessário.

|__| Sim, Benefício Eventual por nascimento

Auxílio Natalidade - Benefício Eventual por nascimento

O artigo 3º do [Decreto nº 6.307, de 14 de dezembro de 2007](#), estabelece que o auxílio por natalidade atenderá, preferencialmente, aos seguintes aspectos:

- I - necessidades do nascituro;
- II - apoio à mãe nos casos de natimorto e morte do recém-nascido; e
- III - apoio à família no caso de morte da mãe.

|__| Sim, Benefício Eventual em situação de calamidade e emergência

Benefício Eventual para situação de calamidade pública.

Em parágrafo único do artigo 8º, o [Decreto nº 6.307, de 14 de dezembro de 2007](#), estabelece que:

“Para os fins deste Decreto, entende-se por estado de calamidade pública o reconhecimento pelo poder público de situação anormal, advinda de baixas ou altas temperaturas, tempestades, enchentes, inversão térmica, desabamentos, incêndios, epidemias, causando sérios danos à comunidade afetada, inclusive à incolumidade ou à vida de seus integrantes.”

|__| Sim, Benefício Eventual em situação de vulnerabilidade temporária

O artigo 7º do [Decreto nº 6.307, de 14 de dezembro de 2007](#), estabelece que: “A situação de vulnerabilidade temporária caracteriza-se pelo advento de riscos, perdas e danos à integridade pessoal e familiar, assim entendidos: I - riscos: ameaça de sérios padecimentos; II - perdas: privação de bens e de segurança material; e III - danos: agravos sociais e ofensa. Exemplos: Colchões/ colchonetes, Cobertores / lençóis / roupas de cama, Vestimentas/ Roupas, Material de limpeza e higiene, Água, Auxílio relacionado à segurança alimentar (cesta básica, entre outros), Auxílio para deslocamento / passagens, Auxílio/Isenção para retirada de documentação, Aluguel Social, Material de Construção, Pagamento/ Isenção de contas de água e luz, Auxílio gás, Vestimentas/ Roupas.

7. O Governo do Estado possui algum Programa PRÓPRIO de Transferência de Renda (transferência de recursos estaduais de forma constante a um público específico)?

Considere Programa Próprio de Transferência de Renda do governo estadual aquele que contém exclusivamente recursos estaduais.

|__| Sim

Marque essa opção se Estado possui algum Programa PRÓPRIO de Transferência de Renda (transferência de recursos estaduais de forma constante a um público específico).

|__| Não

Marque essa opção se Estado NÃO possui algum Programa PRÓPRIO de Transferência de Renda (transferência de recursos estaduais de forma constante a um público específico).

8. Aponte as principais dificuldades para execução dos recursos do IGD-PBF (*admite múltiplas respostas*)

|__| Não se aplica, pois não temos nenhuma dificuldade para execução dos recursos do IGD-PBF

|__| Ausência de planejamento ou planejamento inadequado

- Insegurança, dúvidas ou desconhecimento em relação às regras para execução dos recursos do IGD-PBF
- Receio de reprovação dos gastos pelo Conselho Estadual de Assistência Social
- Dificuldades, internas à Secretaria, na realização de licitações
- Dificuldades, externas à Secretaria, na realização de licitações
- A área jurídica ou de controle interno do estado dificulta os processos de compras e de contratação de serviços com recursos do IGD-PBF
- A área orçamentária ou financeira do estado dificulta os processos de compras e de contratação de serviços com recursos do IGD-PBF
- O Ordenador de Despesas não está vinculado à Secretaria
- Dificuldades na programação/inscrição dos recursos do IGD-PBF na Lei Orçamentária do estado

9. Considerando os anos de 2023 e 2024, os recursos do IGD-PBF no seu estado foram efetivamente utilizados para: (*admite múltiplas respostas*)

- Aquisição de veículos
- Manutenção de veículos, inclusive combustível
- Aquisição de equipamentos de informática
- Aquisição de outros equipamentos ou mobiliário
- Aquisição de materiais de consumo
- Pagamento de passagens e/ou diárias para técnicos e gestores estaduais
- Pagamento de passagens e/ou diárias para técnicos e gestores municipais
- Elaboração de materiais de informação e comunicação (cartazes, panfletos, cartilhas, vídeos, rádio etc)
- Pagamento de pessoal que atua na gestão do Cadastro Único
- Pagamento de pessoal que atua na gestão do Programa Bolsa Família
- Custeio de atividades de capacitação das equipes estaduais do Bolsa Família e do Cadastro Único
- Custeio de eventos e atividades de capacitação ou apoio técnico voltadas aos municípios
- Custeio de ações integradas entre Assistência Social, Saúde e Educação no âmbito do PBF
- Estruturação ou manutenção do Conselho Estadual de Assistência Social
- Custeio da Conferência Estadual de Assistência Social
- Outros. Quais: _____

10. O Nos últimos 12 meses, o estado promoveu atividades presenciais de capacitação (cursos, eventos e seminários) voltadas aos técnicos, coordenadores e gestores dos municípios? (Não considerar os cursos de SIBEC e V7, que são promovidos pela Caixa)

- Não
- Sim, exclusivamente para a área de assistência social dos municípios
- Sim, incluindo as áreas de educação e saúde dos municípios

11. Nos últimos 12 meses, com que frequência a Comissão Estadual Intersetorial do Programa Bolsa Família se reuniu?

- Mensal
- Bimestral ou Trimestral
- Semestral
- Uma vez no ano
- Não se reuniu nos últimos 12 meses

12. O Em 2024, para prevenção das emergências e calamidade, a Gestão Estadual: (admite múltiplas respostas exceto se marcar a última opção)

- Realizou apoio técnico/estudos/grupos/capacitação de discussão sobre o tema
- Regulamentou o cofinanciamento estadual aos municípios para benefícios eventuais em situação de calamidade
- Regulamentou benefício eventual específico para situação de calamidade no âmbito estadual
- Regulamentou o cofinanciamento estadual para o Serviço de Proteção Social em situações de emergência e calamidade pública no SUAS
- Definiu fluxos de trabalho para serem executados durante a emergência
- Elaborou planos de contingência (seja intersetorial ou no âmbito da Assistência Social)
- Produziu dados que subsidiaram a vigilância socioassistencial na prevenção de desastres
- Monitorou a ocorrência de emergências no Estado visando à aplicação, quando necessário, de ações especiais do Programa Bolsa Família
- Mobilizou a comunidade para prevenção de desastres
- Outros. Qual? _____
- Não realizou ações de prevenção de emergências e calamidade.

13. Nos últimos cinco anos (2020-2024), a Assistência Social do Estado já atuou em alguma situação de calamidade pública ou emergência (EXCLUINDO A PANDEMIA DE COVID 2019)?

- Sim, de forma excepcional. Qual ano? _____ (**responder as 2 próximas questões**)
- Sim, regularmente (várias vezes nos últimos 5 anos) (**responder as 2 próximas questões**)
- Não (**pule para a questão 16**)

14. Indique a situação de calamidade pública ou emergência em que a Assistência Social do município já atuou. (admite múltiplas respostas)

- Enchente, inundação, alagamento
- Seca, estiagem
- Rompimento/colapso de barragem
- Intenso fluxo migratório

- Desocupação de território de risco
 Emergência em saúde pública
 Mudança extrema de temperatura (ondas de calor, onda de frio)
 Outra. Qual? _____

15. Indique as ações realizadas pela Assistência Social do estado em razão de situação de calamidade pública ou emergência. (múltipla escolha)

- Apoio técnico aos municípios
 Regulamentação de benefício eventual específico no âmbito estadual
 Cofinanciamento estadual aos municípios para a concessão e distribuição de benefícios eventuais
 Cofinanciamento estadual para o Serviço de Proteção em situações de Calamidades Públicas e Emergências
 Transferência de renda direta a famílias e indivíduos afetados.
 Definição de fluxos de trabalho para serem executados durante a emergência
 Elaboração de plano de contingência (seja intersetorial ou no âmbito da Assistência Social)
 Produção de dados, levantamentos, diagnósticos para subsidiar a vigilância socioassistencial na prevenção e atuação
 Mobilização para assegurar o Cadastro Único e o acesso ao Programa Bolsa Família
 Mobilização da comunidade para a prevenção de impactos decorrentes de calamidades públicas e emergências
 Articulação com demais políticas públicas e organizações no território
 Capacitação sobre ações socioassistenciais em situações de calamidade pública e emergência
 Previsão orçamentária e financeira para as ações estaduais emergenciais.
 Outra. Qual? _____

16. A Assistência Social do estado tem articulação com o Órgão Estadual de Defesa Civil?

- Sim Não

BLOCO 4 – REGIONALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

17. Atualmente, está em funcionamento no estado algum serviço/unidade de caráter REGIONAL de Proteção Social Especial de Média Complexidade?



Se o estado possui algum serviço/unidade de caráter REGIONAL, conforme a Resolução CIT nº 31/2013 que estabelece parâmetros para a regionalização da média complexidade, independente de cofinanciamento federal e/ou estadual.

Indique se atualmente, está em funcionamento no estado algum serviço/unidade de caráter REGIONAL de proteção social especial de média complexidade.

Sim

Marque essa opção caso o atualmente, está em funcionamento no estado algum serviço/unidade de caráter REGIONAL de proteção social especial de média complexidade.

Não (pule para 20)

Marque essa opção caso, atualmente, não esteja em funcionamento no estado algum serviço/unidade de caráter REGIONAL de proteção social especial de média complexidade. **Nesse caso, pule para a questão 20.**

18. Caso oferte Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) de caráter REGIONAL, como é, atualmente, a forma de execução destas unidades? (admite múltiplas respostas).

Atenção! Admite múltiplas respostas.

Indique como se dá a forma de oferta e a quantidade de unidades que ofertam os serviços regionalizados de PAEFI segundo as opções: Execução direta do serviço pelo governo estadual por meio de CREAS Regional (Modelo I) ou pelo Repasse de recursos do estado para CREAS municipal regionalizado (Modelo II).

Forma como se dá a oferta de serviços regionalizados de PAEFI	Quantidade de unidades
<input type="checkbox"/> Execução direta do serviço pelo governo estadual por meio de CREAS Regional (Modelo I)	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> Repasse de recursos do estado para CREAS municipal regionalizado (Modelo II) <i>(Se marcar essa opção, responda à próxima questão).</i>	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>

19. Indique as ações de apoio técnico e monitoramento desenvolvidas pelo Estado com os CREAS municipais de caráter regional (Modelo II). (admite múltiplas respostas).

Indique as ações de apoio técnico e monitoramento desenvolvidas pelo Estado com os CREAS municipais de caráter regional (Modelo II).

Apoio técnico a distância (por telefone ou e-mail)

Apoio técnico presencial (visitas técnicas)

Capacitação das equipes de referência

Fluxos e protocolos entre os serviços e a rede intersetorial

Fluxos e protocolos entre os serviços e o Sistema de Justiça

Efluxos e protocolos entre os serviços e Sistema de Garantia de Direitos

Monitoramento da aplicação dos recursos transferidos

Monitoramento da composição das equipes técnicas, de acordo com a NOB-RH/SUAS

Orientação sobre o preenchimento, a utilização e a atualização de sistemas de informações do SUAS (RMA, CadSUAS, Censo SUAS)

Outras. Quais? _____

20. Atualmente, está em funcionamento no estado algum serviço/unidade de caráter REGIONAL de Proteção Social Especial de Alta Complexidade?



Se o estado possui algum serviço/unidade de caráter REGIONAL, conforme a Resolução CIT nº 31/2013 e Resolução CIT nº2/2014 que estabelece parâmetros para a regionalização da média complexidade, independente de cofinanciamento federal e/ou estadual..

Indique se atualmente, está em funcionamento no estado algum serviço/unidade de caráter REGIONAL de proteção social especial de alta complexidade.

| Sim

Marque essa opção caso o atualmente, está em funcionamento no estado algum serviço/unidade de caráter REGIONAL de proteção social especial de alta complexidade.

| Não (**pule para a questão 22**)

Marque essa opção caso, atualmente, não esteja em funcionamento no estado algum serviço/unidade de caráter REGIONAL de proteção social especial de alta complexidade. **Nesse caso, pule para a questão 22.**

21. Quais serviços de alta complexidade de caráter REGIONAL são ofertados no Estado? (admite múltiplas respostas**).**

Atenção! Admite múltiplas respostas

Indique quais serviços de alta complexidade de caráter REGIONAL são ofertados no Estado).

- | Unidades de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes
- | Unidades de Acolhimento Institucional para idosas(os)
- | Unidades de Acolhimento Institucional para pessoas em situação de rua
- | Unidades de Acolhimento Institucional para pessoas com deficiência
- | Unidades de Acolhimento Institucional para mulheres vítimas de violência
- | Unidades de Acolhimento em República para jovens (maiores de 18 anos)
- | Unidades de Acolhimento em República para adultas(os) em processo de saída das ruas
- | Unidades de Acolhimento em República para idosas(os)
- | Família Acolhedora para crianças e adolescentes

BLOCO 5 – PLANO DE POVIDÊNCIA E APOIO TÉCNICO

22. Quais ações de apoio técnico foram ofertadas aos municípios em 2023? (admite múltiplas respostas**)**

Indicar a forma ou os meios utilizados para a realização do apoio técnico e/ou assessoria aos municípios:

- | Encontros/Eventos de apoio técnico presenciais
- | Encontros/Eventos de apoio técnico remotos (a distância)
- | Apoio técnico individualizado a municípios específicos

- Monitoramento com periodicidade mínima anual
- Seminários
- Visitas técnicas
- Centrais de relacionamento
- Elaboração de orientações técnicas e materiais informativos
- Videoconferências e transmissões ao vivo
- Sítios eletrônicos e aplicativos
- Não ofertou ações de apoio técnico
- Outros. Qual? _____

23. O estado pactuou plano de apoio técnico aos municípios para 2024?

Sim Não

24. O estado possui sistema de acompanhamento dos planos municipais de assistência social?

Sim Não

BLOCO 6 – COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE (CIB)

25. Indique qual a composição da CIB de acordo com a representação, do porte dos municípios e representação estadual: **Caso não possua, insira “0” (zero).**

Conforme dispõe a [NOB SUAS 2012](#), em seu art. 136, §1º, as Comissões Intergestores Bipartite - CIBs devem contar com representação do estado e dos municípios em seu âmbito, levando em conta o porte dos municípios e sua distribuição regional.

Classificação dos Municípios segundo Porte:

- Pequeno Porte I – até 20.000 habitantes
- Pequeno Porte II – entre 20.001 a 50.000 habitantes
- Médio Porte – entre 50.001 a 100.000 habitantes
- Grande Porte – entre 100.001 a 900.000 habitantes
- Metrópoles – acima de 900.000 habitantes

Ainda de acordo com a NOB SUAS 2012, as CIBs deverão possuir a seguinte composição:

- I - 06 (seis) representantes do Estado e seus respectivos suplentes, indicados pelo gestor estadual da política de assistência social;
- II - 06 (seis) representantes dos Municípios e seus respectivos suplentes, indicados pelo COEGEMAS, observando a representação regional e o porte dos municípios, de acordo com o estabelecido na Política Nacional de Assistência Social – PNAS, sendo:
 - a) 02 (dois) representantes de municípios de pequeno porte I;
 - b) 01 (um) representante de municípios de pequeno porte II;
 - c) 01 (um) representante de municípios de médio porte;
 - d) 01 (um) representante de municípios de grande porte; e
 - e) 01 (um) representante da capital do Estado.

Indique a composição da CIB, especificando a quantidade de titulares e suplentes, conforme o porte do município.

Representação Estadual e de acordo com o Porte dos Municípios	Representação	
	Quantidade de Titulares	Quantidade de Suplentes
Representantes da Gestão Estadual	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Representantes de Municípios de Pequeno Porte I	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Representantes de Municípios de Pequeno Porte II	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Representantes de Municípios de Médio Porte	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Representantes de Municípios de Grande Porte	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Representantes de Metrópoles/capitais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

26. Existe algum critério de representação regional na CIB?

Sim

Marque essa opção se é adotado algum critério de representação regional na CIB.

Não (*pule para a questão 28*)

Marque essa opção se NÃO é adotado algum critério de representação regional na CIB.

27. Se sim, há rotatividade na representação por região do Estado?

Se a sua resposta na questão anterior foi SIM responda se há rotatividade na representação por região:

Sim

Marque essa opção se é adotado alguma rotatividade por região do Estado.

Não

Marque essa opção se não é adotado alguma rotatividade por região do Estado.

28. Os gestores municipais foram indicados pelo Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social (COEGEMAS ou similar)?

Informe se os membros da CIB que representam os municípios foram indicados pelo Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social – COEGEMAS, ou similar.

Sim

Marque essa opção caso todos os gestores municipais, membros da CIB, tenham sido indicados pelo COEGEMAS.

Não

Marque essa opção caso nem todos ou nenhum dos gestores municipais que compõem a CIB tenham sido indicados pelo COEGEMAS ou similar.

29. Há representante escolhido do Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS para participar da CIB?

Sim

Marque essa opção se há representante escolhido do Conselho Estadual de Assistência Social para participar da CIB.

Não

Marque essa opção se NÃO há representante escolhido do Conselho Estadual de Assistência Social para participar da CIB.

30. A CIB pactuou o calendário de reuniões ordinárias anual?

Sim

Marque essa opção se a CIB pactuou o calendário de reuniões ordinárias anual.

Não

Marque essa opção se a CIB **NÃO** pactuou o calendário de reuniões ordinárias anual.

31. Quantas reuniões a CIB realizou no ano de 2023?

Indique em algarismo numérico até o número 99 a quantidade de **reuniões da CIB realizadas**, na capital do Estado, no ano de 2023. **Caso não possua, insira “0” (zero).**

32. Quantas reuniões descentralizadas a CIB realizou no ano de 2023?

Reuniões descentralizadas são aquelas que foram realizadas fora da capital do Estado.

Indique em algarismo numérico até o número 99 a quantidade de **reuniões descentralizadas** da CIB realizadas no ano de 2023. **Caso não possua, insira “0” (zero).**

33. Quantas reuniões a CIB realizou de janeiro a agosto de 2024?

Indique em algarismo numérico até o número 99 a quantidade de **reuniões da CIB realizadas**, na capital do Estado, entre janeiro e agosto de 2024. **Caso não possua, insira “0” (zero).**

34. De que maneira as resoluções e materiais das reuniões da CIB são publicizados (tornam-se de conhecimento para a sociedade)? (**admite múltiplas respostas, exceto se marcar a primeira opção**)?

Não são publicizados (**siga para a questão 35**)

São enviados aos membros da CIB

São enviados a todos os municípios dos estados

São disponibilizados no sítio da Secretaria Estadual

São enviados ao Conselho Estadual de Assistência Social

Em Boletins produzidos pela área de assistência social

BLOCO 7 – GESTÃO DO TRABALHO

35. No ano de 2023, o estado realizou/promoveu cursos de capacitação para as(os) as(os) trabalhadoras(es) da Assistência Social do estado ou dos municípios? **Caso marque “Não” pule a próxima questão da linha.**

Informar se, no ano de 2023, os trabalhadores (técnicos, comissionados, e outros profissionais independente da vinculação) da Assistência Social do Estado/DF ou dos municípios tiveram acesso a curso(s) de capacitação promovido(s) ou realizado(s) pelo Estado.

Indicar a modalidade do curso, se presencial ou à distância e o número de trabalhadores capacitados.

⚠ A pergunta admite mais de uma marcação, tendo em vista a possibilidade de realização de mais de um curso de capacitação no ano de 2023.

Entende-se por capacitação as atividades que visam a aquisição de conhecimentos, capacidades, atitudes e formas de comportamento exigidos para o exercício das funções próprias de uma profissão ou grupo de profissões.

Participação em Cursos de Capacitação pelos trabalhadores da assistência social	Participou?		Qual o número aproximado de trabalhadores capacitados
	Sim	Não	
Capacitação presencial para os <u>trabalhadores estaduais</u> da assistência social.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="text"/>
Capacitação à distância para os <u>trabalhadores estaduais</u> da assistência social.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="text"/>
Capacitação presencial para os <u>trabalhadores municipais</u> da assistência social.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="text"/>
Capacitação à distância para os <u>trabalhadores municipais</u> da assistência social.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="text"/>

36. No ano de 2023 o estado realizou/promoveu cursos de capacitação para os conselheiros estaduais ou municipais da assistência social? Caso marque “Não” pule a próxima questão da linha.

Informar se, no ano de 2023, os conselheiros da Assistência Social do Estado/DF ou dos municípios tiveram acesso a curso(s) de capacitação promovido(s) ou realizado(s) pelo Estado.

Indicar a modalidade do curso, se presencial ou à distância e o número de conselheiros capacitados.

⚠ A pergunta admite mais de uma marcação, tendo em vista a possibilidade de realização de mais de um curso de capacitação no ano de 2023.

Entende-se por capacitação as atividades que visam a aquisição de conhecimentos, capacidades, atitudes e formas de comportamento exigidos para o exercício das funções próprias de uma profissão ou grupo de profissões.

Realização de Cursos de Capacitação para Conselheiros	Participou?	Qual o número de conselheiros capacitados
Capacitação presencial para os conselheiros estaduais.	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="text"/>
Capacitação à distância para os conselheiros estaduais.	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="text"/>
Capacitação presencial para os conselheiros municipais.	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="text"/>
Capacitação à distância para os conselheiros municipais.	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="text"/>

37. Em 2023, quantos profissionais/conselheiros foram certificados por cursos do CAPACITASUAS no Estado?

O Programa Nacional de Capacitação do Sistema Único de Assistência Social (CapacitaSUAS) tem o objetivo de garantir oferta de formação e capacitação permanente para profissionais, gestores, conselheiros e técnicos da rede socioassistencial do SUAS para a implementação das ações dos Planos de Educação Permanente, aprimorando a gestão do SUAS nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios.

O CapacitaSUAS contempla ações de capacitação e formação, de acordo com a *Política Nacional de Educação Permanente do SUAS*, que devem impactar na carreira do trabalhador do SUAS, além potencializar e dar visibilidade a novas práticas profissionais. Todas as ações devem oferecer certificados, de forma que contribuam para que o profissional progrida na carreira.

|__|__|__|__| profissionais/conselheiros

|__| Não sabe informar

38. No ano de 2023, o Estado realizou concurso público para contratação de trabalhadores (nível superior ou médio) para Secretaria Estadual de Assistência Social? Caso “não” pule para as demais questões da linha

Informar se no ano de 2023 houve concurso público no Estado para contratação de trabalhadores para a Secretaria Estadual de Assistência Social. Considerar apenas os concursos com resultado homologado em 2023, informando a data de homologação e o número de trabalhadores que tomaram posse.

Caso o município tenha realizado concurso ao longo do ano de 2023, mas a homologação do resultado final tenha ocorrido em 2023, marque a opção “Realizou concurso? Não”.

Se o concurso realizado foi destinado a cargos dos dois níveis, superior e médio, preencha as duas linhas.

Nível de Escolaridade	Realizou Concurso?	Quantidade de Vagas	O concurso já foi homologado?	Data da Homologação do Concurso	Quantidade de trabalhadores que tomaram posse
Nível Superior	__ Sim __ Não	__ __ __	__ Sim __ Não	__ __ / __ __ /2023	__ __ __
Nível Médio	__ Sim __ Não	__ __ __	__ Sim __ Não	__ __ / __ __ /2023	__ __ __

Para Nível Superior

Realizou concurso?

|__| Não, para trabalhadores de Nível Superior.

Indicar esta opção caso não tenha sido realizado concurso público para preenchimento de cargos de nível superior para o órgão gestor da Assistência Social no ano de 2023.



Se não foi realizado concurso para trabalhadores o Nível Superior não responda as demais questões que constam nesta linha.

|__| Sim, para trabalhadores de Nível Superior.

Indicar esta opção caso o(s) concurso(s) realizado(s) no ano de 2023 tenha(m) previsto o preenchimento de vagas para cargo de nível superior.

Quantidade de Vagas. |__|__|__|

Assinale a quantidade de vagas para nível superior previstas no edital de abertura.

O concurso já foi homologado?

Homologação é o processo de oficialização do concurso por um órgão jurídico ou administrativo. A homologação é a última etapa de realização do concurso.

|__| Sim
|__| Não

Data de Homologação do Concurso |__|__|/|__|__|/2023.

Indicar a data do instrumento legal, seja Lei, Decreto ou Portaria, que homologou o concurso, no formato dd/mm. Só são permitidas datas no ano de 2023. Conforme descrito acima, caso o concurso não tenha tido seu resultado homologado em 2023, preencha a opção “Não realizou concurso”.

Quantidade de Trabalhadores que tomaram posse |__|__|__|.

Responder numericamente a quantidade no limite até 999. Caso nenhum trabalhador tenha tomado posse, responder “0” (zero).

Para Nível Médio

Realizou concurso?

|__| **Não, para trabalhadores de Nível Médio.**

Indicar esta opção caso não tenha sido realizado concurso público para preenchimento de cargos de nível médio para o órgão gestor da Assistência Social no ano de 2023.



Se não foi realizado concurso para trabalhadores o Nível Médio não responda as demais questões que constam nesta linha.

|__| **Sim, para trabalhadores de Nível Médio.**

Indicar esta opção caso o(s) concurso(s) realizados no ano de 2023 tenha(m) previsto o preenchimento de vagas para cargo de nível médio.

Quantidade de Vagas. |__|__|__|

Assinale a quantidade de vagas para nível médio previstas no edital de abertura.

O concurso já foi homologado?

|__| **Homologação** é o processo de oficialização do concurso por um órgão jurídico ou administrativo. A homologação é a última etapa de realização do concurso.

|__| **Sim**

|__| **Não**

Data de Homologação do Concurso |__|__|/|__|__|/2023.

Indicar a data do instrumento legal, seja Lei, Decreto ou Portaria, que homologou o concurso, no formato dd/mm. Só são permitidas datas no ano de 2023. Conforme descrito acima, caso o concurso não tenha tido seu resultado homologado em 2023, preencha a opção “Não realizou concurso”.

Quantidade de Trabalhadores que tomaram posse |__|__|__|.

Responder numericamente a quantidade no limite até 999.

39. O Núcleo de Educação Permanente - NUEP foi implantado no Estado? (Resposta única)

|__| **Sim, de maneira formal**

|__| **Não**

A Resolução nº 4, de 13 de março de 2013, do Conselho Nacional de Assistência Social, instituiu a Política Nacional de Educação Permanente do Sistema Único da Assistência Social -PNEP/SUAS. No item 9.2 da Resolução, consta que “Os Núcleos de Educação Permanente do SUAS devem ser organizados de acordo com as capacidades da União, dos estados e do Distrito Federal, na forma de instâncias colegiadas, constituindo-se em locus privilegiado de: a) descentralização para estados, Distrito Federal e municípios de atribuições relacionadas à realização de diagnósticos de competências e necessidades de qualificação e de formatação, oferta e implementação de ações de formação e capacitação; b) participação social na elaboração de diagnósticos de necessidades de qualificação e no planejamento das ações de Educação Permanente; c) interlocução, diálogo e cooperação entre os diferentes sujeitos envolvidos na implementação desta Política; d) proposição de alternativas às equipes responsáveis pela Gestão do Trabalho nas três esferas de governo.”

40. O município possui Mesa de Gestão do Trabalho do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)?

|__| **Sim** |__| **Não**

41. Indique o nome, data de nascimento, CPF, RG, sexo, escolaridade, profissão, vínculo, função, carga horária e área de atuação de cada profissional que atua no Órgão Gestor de Assistência Social:

Atenção! Para responder a questão 51 considere as instruções abaixo:

As Secretarias Estaduais que são responsáveis pela gestão de outras políticas públicas, além da Política de Assistência Social, devem computar da seguinte maneira a quantidade de trabalhadores:

- Trabalhadores que exercem exclusivamente funções/atividades ligadas à Assistência Social, mais;
- Trabalhadores cujas funções/atividades estão ligadas tanto à assistência social como a outras políticas geridas pela Secretaria (Por exemplo: trabalhadores de áreas administrativas, financeiras ou contábeis que dão apoio ao conjunto de atividades das diversas políticas geridas pela Secretaria).
- NÃO DEVEM SER COMPUTADOS os trabalhadores que exercem funções/atividades ligadas exclusivamente a outras políticas públicas geridas pela Secretaria.
- NÃO DEVEM SER COMPUTADOS os trabalhadores que exercem suas atividades exclusivamente em unidades de prestação de serviços (CREAS, por exemplo)

Nome Completo	Data de Nascimento DD/MM/AA AA	Sexo	Número do CPF	Dados do RG			E-mail	Escolaridade	Profissão	Vínculo	Cargo	Carga horária SEMANAL	Início do Mandato (DD/MM/AAAA)	Área de atuação	
				Número	Órgão Emissor	UF								Principal área de atuação	Segunda principal área de atuação
1)		F M													
2)		F M													
3)		F M													
4)		F M													
5)		F M													
6)		F M													
7)		F M													
8)		F M													
9)		F M													

* O número de CPF é obrigatório

CASO SEJA NECESSÁRIO ATUALIZAR ESTES DADOS, ATUALIZE NO CADSUAS.

Escolaridade	Profissão	Tipo de Vínculo	Cargo	Carga Horária	Área de atuação
0 – Sem Escolaridade (pular “área de atuação”) 1 – Ensino Fundamental Incompleto (pular “área de atuação”) 2 – Ensino Fundamental Completo (pular “área de atuação”) 3 – Ensino Médio Incompleto (pular “área de atuação”) 4 – Ensino Médio Completo 5 – Ensino Superior Incompleto 6 – Ensino Superior Completo 7 – Especialização 8 – Mestrado 9 – Doutorado	1 – Assistente Social 2 – Psicóloga(o) 3 – Pedagoga(o) 4 – Advogada(o) 5 – Administrador (a) 6 – Antropóloga(o) 7 – Socióloga(o) 8 – Fisioterapeuta 9 – Cientista política(o) 10 – Nutricionista 11 – Médica(o) 12 – Musicoterapeuta 13 – Terapeuta Ocupacional 14 – Economista 15 – Economista Doméstica(o) 16 – Enfermeira(o) 17 – Analista de sistema 18 – Programador(a) 19 – Outra(o) profissional de nível superior 20 – Profissional de nível médio 21 – Sem formação profissional	1 – Comissionado 2 – Servidor/Estatutário 3 – Servidor Temporário 4 – Empregado Público (CLT) 5 – Terceirizado 6 – Outro vínculo não permanente 7- Trabalhador de Empresa/ Cooperativa/ Entidade Prestadora de Serviços 8 – Voluntário 9 – Sem vínculo	1 – Apoio Administrativo 2 – Coordenador(a)/Dirigente 3 – Educador(a) Social 4 – Estagiária(o) 5 – Outros 6 – Secretária(o) 7 – Secretária(os) de Assistência Social 8 – Secretário Executivo 9 – Serviços Gerais 10 – Técnica(o) de Nível Médio 11 – Técnica(o) de Nível Superior	1. Até 10 horas semanais 2. De 11 a 20 horas semanais 3. De 21 a 30 horas semanais 4. De 31 a 40 horas semanais 5. De 41 a 44 horas semanais 6. Mais de 44 horas semanais	Atenção! Informe a área de atuação apenas para as (os) profissionais que possuem escolaridade de nível médio completo ou superior. 1 – Atividades de gestão (administrativo) 2 – Gestão do SUAS 3 – Vigilância Socioassistencial 4 – Gestão do Trabalho 5 – Regulação do SUAS 6 – Gestão Financeira e Orçamentária 7 – Proteção Social Básica 8 – Proteção Social Especial de Média Complexidade 9 – Proteção Social Especial de Alta Complexidade 10 - Gestão do Cadastro Único e Programa Auxílio Brasil 11 - Gestão de Benefícios Assistenciais (BPC, Benefícios Eventuais) 12 – Outros.

Preencha o quadro anterior utilizando número correspondente à *Escolaridade, Profissão, ao Tipo de Vínculo, à Função de cada pessoa e a carga horária*

BLOCO 9 – RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO

É preciso informar o nome legível do agente responsável pelas informações declaradas no formulário, seu CPF, telefone, e-mail, cargo ou função. Caso não seja o(a) Secretário(a) Estadual de Assistência Social a preencher o questionário, a pessoa que o preencher deverá ser por ele(a) designada.



É imprescindível que o responsável pelo preenchimento informe a data do preenchimento do formulário.

Identificação do agente responsável, no órgão gestor da Assistência Social, pelas informações declaradas neste formulário:

Nome Legível: _____

CPF: _____ **Data:** ____ / ____ / ____

Cargo/Função: _____

Telefone: (____) _____ **Email:** _____

Assinatura: _____

Segundo a NOB/SUAS 2012, a Vigilância Socioassistencial é co-responsável pelas informações informadas no Censo SUAS. O contato pode vir a ser acionado após o Censo SUAS para responder as demandas da Vigilância Socioassistencial, por isso a importância das informações solicitadas.

Independentemente de o município possuir área/setor/coordenação de Vigilância Socioassistencial ou não, o gestor pode indicar um funcionário que ficará responsável na secretaria para ser o representante, o que implicará estar em contato e responder as demandas relacionadas à Vigilância.



Caso a Vigilância tenha e-mail institucional, favor informá-lo.

Identificação do representante da Vigilância Socioassistencial:

|| Não há representante da Vigilância designado no estado (**finalizar o questionário**)

Nome: _____

CPF: _____

Cargo/Função: _____

Telefone: (____) _____ **Email:** _____

Assinatura: _____

Este formulário original, após a digitação dos dados, deve permanecer arquivado na Secretaria de Estado de Assistência Social (ou congêneres).